



Integração Cultural Para a Juventude: O Arquivo Como Ferramenta De Acesso à Informação e Ação Educativa¹

Anna Carollyna de Bulhões Moreira²

Bruno Medeiros de Araujo³

Dacles Vágner da Silva⁴

José Washington de Moraes Medeiros⁵

Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o arquivo como espaço de integração sócio-cultural para a juventude, enfatizando ações educativas no contexto das unidades informacionais. Ações educativas em arquivo buscam valorizar aspectos da identidade cultural e da democratização da informação, calcados na construção do conhecimento. De caráter bibliográfico, o estudo pretende articular-se posteriormente com uma pesquisa experimental, no intuito de propiciar a difusão cultural do arquivo pela via da ação educativa. Para tanto, serão abordados temas como o conceito de arquivo e suas funções legais, bem como sua inserção na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Palavras-chave: Arquivo; Ação educativa; Juventude.

1 Introdução

Contrária à própria natureza da sociedade informacional, a exclusão do acesso a conteúdos informacionais ainda é uma realidade no Brasil. Essa circunstância traz grandes defasagens para o sujeito social, dificultando a apreensão e construção do conhecimento, como também reforçando as desigualdades sociais.

Na esteira do desenvolvimento científico e tecnológico, que facilita cada vez mais o movimento cíclico de fluxos informacionais, parece estranho que as próprias unidades de informação, dentre as quais os arquivos, não façam parte dos projetos de educação e desenvolvimento humano, diretamente.

Por outro lado, a perspectiva que se assevera no contexto do capital moderno, cuja característica é imaterial e virtualizado pelas empresas sem paredes e por blocos econômicos estratégicos, é fazer das unidades de informação apenas um organismo de fortalecimento das forças produtivas contemporâneas.

¹ Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Estudante do 5º semestre de Arquivologia – UEPB – e-mail: carollyna08@hotmail.com;

³ Estudante do 5º semestre de Arquivologia – UEPB – e-mail: brunomedeirosdearaujo@hotmail.com;

⁴ Estudante do 5º semestre de Arquivologia – UEPB – e-mail: dacles.jj.dm@hotmail.com;

⁵ Orientador do trabalho. Docente do curso de Arquivologia – UEPB – e-mail: washi_med@yahoo.com.br;



Isso significa perecer os arquivos daquilo que sempre foram: coisas “mortas”, guardiões dos interesses secretos, quase inacessíveis pelo teor dos “segredos ocultos” e pelo grau degenerativo do ambiente.

O arquivo, como aparato informacional de interesses não coletivos, fortalece a força dos sistemas de mercado, favorecendo as relações de poder e de violência simbólica, ajudando no determinismo de uma idéia de progresso que, segundo Habermas (2001), faz parte de uma *dinâmica do desenvolvimento*.

Tal dinâmica não se preocupa com questões sócio-culturais *a priori*, elegendo como sublimar as riquezas multiplicáveis para usufruto não igualitários, o que ajuda a fincar o entendimento do conceito de informação como *bem material* (mensurável, estratégico, pertencente aos sistemas representativos) ao invés de *bem simbólico* (princípio para a inovação do conhecimento, para o entendimento no processo dialógico, força motriz das intersubjetividades).

Por essas vias, este trabalho objetiva discutir a natureza do arquivo como espaço de bens simbólicos que pode ser reconfigurado não por uma dinâmica, mas por uma *lógica do desenvolvimento*. Ao contrário da dinâmica, que não se preocupa com as necessidades informacionais dos mais diferentes sujeitos, a lógica do desenvolvimento procura fortalecer o princípio da liberdade que se legitima, no contexto desse trabalho, no acesso livre a todo e qualquer conteúdo informacional que seja significativo e que possa contribuir para a formação do sujeito social.

Em termos mais distintos, o trabalho acentua a juventude no processo de formação intelectual, uma etapa da vida humana marcada pela resolução de questões subjetivas e sócio-culturais que afligem a construção da identidade. Nesse sentido, com o advento da chamada sociedade Informacional (CASTELLS, 1999) e seus conseqüentes fluxos de sentidos, faz-se necessária uma reflexão que motive o debate sobre as possibilidades de integração cultural para a juventude. Assim, sugerimos a idéia de arquivo como espaço significativo para ações educativas eficientes.

Dessa feita, pensar na perspectiva do arquivo como bem cultural, fruto de atividades sociais, torna-se importante para o desenvolvimento de crianças e jovens diante dos ideais utópicos e/ou possíveis da democratização da informação.

O trabalho valeu-se dos princípios do método qualitativo, desenvolvendo-se a partir da trilha exploratória da pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nas idéias de Belloto (2002), além de documentos do Ministério da ciência e Tecnologia, dentre outros.



2 Arquivo Como Bem Cultural

A cultura, entendida como fenômeno de criação e propagação de bens simbólicos (materiais ou imateriais) comumente partilhados por diferentes grupos sociais, é difundida por múltiplos canais de contato, mais ou menos acessíveis, conforme a condição do indivíduo em sociedade.

A relação entre desigualdade de acesso à informação e a exclusão social (compreendida aqui como inacessibilidade ao conjunto de bens *i*-materiais e valores reconhecidos socialmente como desejáveis) já foi objeto de reflexão de vários estudiosos das ciências sociais. Pensadores como Castells (1999), percebem uma vinculação sistemática entre *pobreza* e *desinformação*, o que implica entender os recursos informacionais como meios de ajudar a transcender a condição de subserviência e coerção sociais, podendo diminuir as incongruências entre *info*-ricos e *info*-pobres. Assim sendo, democratizar o acesso à informação torna-se um dos maiores princípios em torno do qual poderemos pensar articulações possíveis para vislumbrarmos uma “justiça informacional”, isto é, conforme afirma Tadao Takahashi (TAKASHI, 2000, p. 7), “o maior acesso à informação poderá conduzir a sociedades e relações sociais mais democráticas [...]”.

As estratégias do “não acesso” no contexto da desinformação contribuem às forças da dinâmica do desenvolvimento, alimentando os limites sociais: é quando o sujeito sente o poder descomunal das múltiplas formas de exclusão. Tal circunstância obriga os sujeitos a assujeitarem-se diante da ocupação de espaços sociais mais ou menos pré-determinados, circunscrevendo-os a um dado lócus no plano material, ideológico e simbólico. Em outros termos, o sujeito conforma-se com sua condição “menor”. É bem verdade que esta “circunscrição” não é, de modo algum, estrita e imutável; ao contrário, o sistema social, como ambiente dinâmico de trocas, produz suas próprias contradições, que se desvelam a cada momento histórico.

O acesso à informação depende da conjuntura e estrutura econômica, jurídica e cultural, em face de sua lógica histórica. Nesse sentido, se a informação é um recurso tão valioso para a superação dos limites sociais como utilizá-la para a emancipação humana? Essa indagação desdobra-se em várias dimensões de respostas possíveis: a) a desinformação é utilizada como meio de controle social, na medida em que informação é poder; b) a informação ainda não é reconhecida como instrumento de



desenvolvimento humano; c) a informação é reconhecida como recurso estratégico, mas de difícil tratamento, manejo e distribuição.

Qualquer que seja a explicação para esta “penúria informacional” ao qual vivemos, o fato é que ela existe, ainda que as instituições que compõem o conjunto de órgãos produtores de informação estejam em plena atividade. Dentre estas instituições, está o arquivo.

O arquivo é uma instituição que padece de certa “invisibilidade crônica” em termos culturais. No imaginário social, é percebido como repositório de “coisas inúteis”, resultado concreto das disfunções burocráticas do Estado no exercício de suas atribuições. Esta percepção é, no entanto refutada, ao menos em nível do discurso de algumas instâncias institucionais, já que é visto especificamente como bem cultural.

Nessa perspectiva, o arquivo é objeto de atenção da Arquivologia, da Ciência da Informação, do Direito, dentre outras áreas do conhecimento. Na ótica legal brasileira, a concepção do arquivo encontra-se disseminado em uma série de dispositivos normativos constitucionais e infraconstitucionais. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 33), em seu artigo 23, inciso III, afirma que é de competência da União “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”, alçando os documentos à categoria de bem. Já o Decreto-Lei 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, define em seu artigo 1º que os bens que constituem o patrimônio histórico nacional são

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 1)

Para o contexto dos arquivos, o conjunto documental também possui caráter de bem cultural, mas essa característica não é absolutamente intrínseca a todo e qualquer documento, isto é, o documento possui um valor primário, vinculado às necessidades das instituições que o produzem. Ainda assim, nas palavras de Heloísa Bellotto (2002, p. 14), uma das principais teóricas e pesquisadoras dos arquivos brasileiros, “todos os documentos, existentes em qualquer uma dessas instituições [bibliotecas, arquivos, museus], vêm a constituir o patrimônio cultural e o patrimônio histórico.”

3 O Arquivo na Sociedade Informacional: Democratização da Informação?



Entendemos por democracia muito mais do que o discurso formal quando apregoa que é “aquilo que se adapta aos interesses do povo”. Dessa forma, democratizar a informação não é somente espalhar dados adaptáveis ao seu consumo, mas disponibilizar recursos para que o sujeito saiba como a informação é produzida, como acessá-la para o uso. Em termos históricos, a idéia de acesso à informação no Brasil é construída a partir da chegada das máquinas tipográficas. Como afirma Flávia Rosa,

[...] essa tecnologia possibilitou uma difusão mais ampla da informação, influenciou, dentre outros fatores, para que a educação formal, a criação das universidades, o desenvolvimento das interconexões com outras sociedades, indivíduos e instituições ocorressem de forma lenta, sem que se possa falar em democratização, de fato, da informação (ROSA, 2007, p. 2).

Dessa maneira, podemos entender que a suposta “democratização” ocorreu apenas para a elite econômica da sociedade brasileira. No entanto, com o aumento do fluxo informacional, decorrente da facilidade do acesso, surge um contexto social mais apta a gerir suas próprias escolhas. Esse vínculo complexo, multifacetado, tecnológico e humano da informação no terreno social denominou-se “sociedade Informacional”. Como defende Bellotto (2002), no momento atual está em transição uma nova denominação social chamada Sociedade do Conhecimento.

O arquivo, em uma de suas conceituações, é definido pelo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”, que tem como objetivo servir à administração, à historiografia, mas também ao usuário comum, tornando-se assim um recurso que pode gerar a integração cultural e educacional.

No entanto, como afirma Bellotto (2002), o entendimento do cidadão comum em relação ao arquivo é muito reducionista. O espaço do arquivo, pois, ainda é grande lócus inexplorado: tem seu valor, mas não é devidamente reconhecido. E nesse ponto que a divulgação deve focar suas bases dentro do arquivo, com o intuito de interligá-lo com a sociedade. Especialmente para o público jovem, essa acessibilidade é necessária para uma melhor compreensão do papel da informação, que culminará no fortalecimento da cidadania.



Nessa perspectiva, o arquivo toma proporções de caráter inquestionável ao constituir-se como recurso para a formação da juventude, tanto educacional quanto sócio-cultural. Como destaca Takahashi (2000, p. 5), “o conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar”.

Em outros termos, a busca pela informação/conhecimento é uma ponte em destaque dessa nova sociedade, principalmente como proposta de integração cultural.

O Brasil dispõe, atualmente, de um grande número de acervos documentais tanto no meio público como no privado, inserido nos diversos setores da sociedade. Independente da sucessão de anos, estes acervos propiciam a tomada de decisões e atividades distintas, articulando-se como espaço substancial para a juventude.

5 A Ação Educativa no Processo de Construção do Conhecimento

A educação patrimonial é importante aliada para o processo de aprendizagem da História em todas as faixas etárias. Carlos Henrique Brandão, em sua obra “O que é Educação”, lembra que, para muitos filósofos e educadores, a educação é:

[...] é um meio pelo qual o homem (a pessoa, o ser humano, o indivíduo, a criança, etc.) desenvolve potencialidades biopsíquicas inatas, mas que não atingiriam a sua perfeição (o seu amadurecimento, o seu desenvolvimento, etc.) sem a aprendizagem realizada através da educação. (BRANDÃO, 1981, p. 61)

Partindo dessa proposição, poderíamos definir ação educativa como o processo que concretiza tal conceito de educação. Essas ações educativas se realizam freqüentemente em espaços institucionais legitimados socialmente (pelo papel que cumpriram e cumprem no seio da sociedade) e que possuem participação no processo de preservação da memória coletiva. São exemplos desses espaços a própria escola, os centros de cultura, centros de documentação, museus, bibliotecas e menos referenciados: os arquivos.

Percebe-se no geral, uma distância da escola – lugar comum ao jovem, adolescente – e do arquivo. Haja vista, ainda que por não haver uma ligação de tais instituições, ocorre um grande desconhecimento do público adolescente do papel e função que o arquivo possa vir a desempenhar em sua trajetória social. Como afirma Payne,



O desenvolvimento de laços entre os arquivos e educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; igualmente importantes são o recolhimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (PAYNE, 1980 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 29).

Nesse sentido, podemos afirmar que o arquivo possui um vasto potencial educativo e cultural que pode ser explorado. Para tanto, faz-se necessário a elaboração de políticas de ações educativas em arquivo, conforme destaca Simões:

[...] considero a importância de uma política cultural que contemple um 'nós' reunificador de vivências; que busque restaurar a tradição através de imagens do passado que vai construindo laços de pertencimento e enraizamento comunitários (SIMÕES, 2003, p. 2).

A questão da identidade cultural é delineada também na escola, espaço onde o jovem cria diferentes posturas de vivência, costumes, ideologias, mediante diálogos com outros indivíduos. A raiz de pertencimento do jovem com a comunidade pode ser revalidada com um trabalho baseado nessas políticas culturais, enfatizando o papel do arquivo como mediador de um universo de informação de enorme potencial. O arquivo está imbuído de perspectivas de conhecimento da história, além de outros aspectos inerentes ao contexto atual da comunidade e suas formas de dialogar com o mundo; ele reflete, assim, aspectos como os efeitos da globalização nos costumes, tradições e formas de manifestação cultural. Como afirma Heloísa Bellotto (2002, p. 5), citando Bronislaw Geremek (GEREMEK, 1992)

Na medida em que o arquivo, sendo a morada da história, se aproxima do cidadão, estará possibilitando que melhor ele conheça a sua identidade cultural. 'A identidade cultural é um direito do homem e este direito do homem só pode ser assegurado pela história e pela memória'.

De tal maneira, o arquivo é um espaço privilegiado, pouco notado, mas passível de ser partícipe na construção do saber; e na medida em que estamos na transição da Sociedade Informacional para a Sociedade do Conhecimento, faz-se necessário voltarmos nossa discussão para o aspecto do conhecimento e da ação educativa.

6 A Ação Educativa em Arquivos



O conhecimento constitui-se, basicamente, de informações sistematizadas e dotadas de sentido. Assim o conhecimento é o processo e/ou produto de uma reflexão individual e coletiva, alicerçado em informações interpretadas. Para Werneck, a construção do conhecimento se materializa em dois planos: a) aquele da apreensão de informações, transmitidas por um meio humano, virtual etc., b) a construção do conhecimento da ciência, com seus métodos de investigação, teorias, etc. Assim, a construção do conhecimento aqui referido é um processo subjetivo, que se fortalece, comumente, na interação de diversos significados. Estes significados convergem em alguns pontos, dando ensejo a uma intersubjetividade dinâmica que partilha diferentes apreensões do mundo dos indivíduos – base para elaboração de uma visão de mundo intersubjetivo transcendental, mais concreto. Da forma como afirma Werneck (*apud* HUSSERL, 1980, p. 113), o indivíduo

[...] deve, a partir disso, criar passo a passo, novos meios de compreensão. Deve, partindo do que é geralmente compreensível, abrir um caminho à compreensão de camadas sempre mais vastas do presente, depois mergulhar nas camadas do passado que por sua vez, facilitam o acesso ao presente.

No arquivo, ações educativas podem motivar a construção do conhecimento a partir de diversas atividades como, por exemplo, palestras, lançamentos de livros e documentos, além de concursos sobre temas de história local e nacional. É importante ressaltar o trabalho com os diversos gêneros documentais, reavaliando o arquivo como um espaço de mostra de informação dos mais diversos tipos, desde filmes, áudio, imagens, mapas. A perspectiva tradicional sobre os arquivos – percebidos como mero depósito de papéis inúteis – não deixa entrever as infinitas possibilidades de sua utilização no âmbito educacional. Em uma sociedade que prima pela diversidade midiática, o arquivo apresenta todas as condições para auxiliar de forma moderna o processo pedagógico.

A importância das unidades de informação – museus, arquivos, centros de cultura, centros de documentação – para a educação está, portanto, em processo de redefinição nos novos contextos sociais, ampliando-se no sentido de uma qualificação permanente. Studart afirma que



As ações educativas – expressão que mostra, inclusive, como a instituição assumiu postura de sujeito no processo de construção desta relação entre o público e o acervo – tem utilizado mais os recursos de motivação, interação, comunicação e, em certa medida, elementos selecionados espontaneamente pelo próprio aprendiz (STUDART *apud* HERMETO; OLIVEIRA, 2009, p. 93).

Podemos citar, também, aulas alicerçadas na exposição (permanente ou itinerante) de documentos, além de visitas:

- a) Congressos, exposições permanentes e temporárias, jornadas – abertas ou restritas –, colóquios e palestra: importantes manifestações de conscientização, mostrando o que um arquivo pode proporcionar ao jovem;
- b) Lançamento de livros, documentos, revistas: gera ferramentas que fortalecem o ensino da história, além de importante atitude de fazer crescer a produção bibliográfica local, enfatizando elementos da própria cidade, escola ou região.
- c) Concursos: pode ser de histórias locais e/ou diversas que visem maior aproximação e apropriação dos conteúdos documentais. Tal perspectiva busca mostrar o quão interessante podem ser aspectos da história local, tão pouco abordados nos livros de história da escola.
- d) Visitas guiadas: com direito à manipulação (sob observância, instrução e aparato técnico do arquivista) de documentos. Essa ação instiga o jovem à pesquisa com documentos primários, aproximando-os de patrimônios documentais/históricos tão distantes anteriormente – como no museu, onde se tem uma expectativa de chegar ainda mais próximo ao documento, quase sempre separado por limites e vidros.
- e) Oficinas e cursos gerais e especializados para a comunidade: Trabalho desenvolvido em parceria com a comunidade local, no intuito de inseri-la no universo da documentação audiovisual;
- f) Arquivo virtual: disponibilização e manuseio de documentação em formato digital, enfatizando a interatividade;
- g) Dramatizações, recreações e rememorações: atividades lúdicas que estimulem a curiosidade dos alunos pela via estética;
- h) Maletas pedagógicas: com materiais em diversas mídias (CDs, folhetos, fotografias, etc.) que tratem de determinada temática, podendo gerar discussões em ambiente escolar;



Outras ações podem ser constituídas para fortalecimento da integração cultural e acesso da informação por jovens. Antes de se criar exposições documentais de arquivo, uma proposta interessante se constrói na tentativa de se organizar uma comissão que crie programas itinerários e uma diversas escolas, grupos de jovens e associações de amparo a juventude no que toca principalmente ao aspecto de democratização da informação.

Diversos profissionais podem contribuir nessas ações, a exemplo de professores da rede pública/particular do ensino fundamental/médio, que se configuram como público-alvo: historiadores, com o ensino dos diversos métodos de pesquisa histórica; sociólogos, com suas análises sobre a evolução da sociedade e transformação cultural local; comunicadores sociais, pensando formas de transmissão da informação, assim como métodos mais eficazes no que diz respeito ao processo de construção do conhecimento; pedagogos na forma de se lecionar, orientar e refletir os diversos aspectos da atividade educativa; e arquivistas, importantes preservadores da memória de instituições e pessoas, cuidando da guarda, custódia e disseminação de informações arquivísticas.

Sendo assim, são incomensuráveis as contribuições das diversas áreas para esses processos de ação educativa. Cabe aos diversos profissionais pensar nas contribuições mais eficientes/eficazes para a inclusão do jovem no contexto cultural da comunidade local, promovendo assim o acesso à informação.

Considerações Finais

O advento da Sociedade da Informação vem gerando desafios no que concerne à integração social do jovem e sua formação cultural. A repetição dos antigos modelos de disseminação da informação não incita a uma relação mais estreita entre o usuário (e suas necessidades culturais) e instituições: é preciso encontrar novas formas de reconhecimento da informação adquirida e o enraizamento do conhecimento assim transformado.

O arquivo deve cumprir suas funções culturais junto aos diversos públicos, principalmente o jovem, como afirma Bellotto (2002, p. 35): “[o arquivo], contribuindo para a formação integral da criança e do adolescente, poderá aí, estar plasmando, até, maior número e melhor qualidade de seus futuros usuários, que venham ao arquivo como cidadãos, em busca de seus direitos e deveres”.



Dessa forma, concluímos que qualquer ação educativa voltada para o público juvenil não pode prescindir da utilização do arquivo como fonte de integração social e cultural na busca sistemática e prazerosa do conhecimento.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei 25, de 30 de Novembro de 1937**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 07 de Maio de 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretarias de Edições Técnicas, 2006. 448 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto Como fazer. São Paulo: 2002.

_____. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 2001. V. 1.

ROSA, Flávia G. M. Garcia. Artigo: **Acesso e Democratização da Informação**. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM). Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/adicionais/FlaviaRosa.pdf>>.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Políticas Culturais e Ações Públicas**. Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.culturaturismo.com.br/artigos/pol%EDticasulturais.pdf>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2009.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

WERNECK, Vera Rudge. **Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril de 2010.



HERMETO, Miriam; OLIVEIRA, Gabriela Dias. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (Org.) **Museu – Cidadania, Memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2009.